

DEBATE

Com a palavra a luta de classes

Luiz Jorge V. P. de MENDONÇA¹

Em seu artigo Dimitris Milonakis realiza uma necessária e pertinente discussão sobre a evolução da teoria econômica dominante, apontando como esta é incapaz de prever, sequer explicar, as crises recorrentes do capitalismo. Em termos práticos, alude às diversas manifestações de satisfação dos principais economistas com o próprio sucesso, e isto durante todo o período neoliberal até as vésperas da crise de 2008. Em termos metodológicos, apresenta a crescente formalização axiomática, decorrente da aproximação destes profissionais, acadêmicos ou não, com ciências em que o elemento social e o processo histórico concreto não fazem parte da evolução e das possibilidades reais de desenvolvimento das relações de produção. Em termos teóricos, citando as crises de 1870, 1930 e 1970, re-coloca as crises econômicas como fenômenos normais e recorrentes ao longo da história do capitalismo.

A economia capitalista caracteriza-se por crises cíclicas. Trata-se de crise de superprodução, decorrente das contradições inerentes ao próprio processo de produção capitalista (limites e possibilidade de aumento incessante da exploração dos trabalhadores e de expansão do mercado nas proporções necessárias). No caso da crise recente, a

particularidade é o papel exercido pelo crescimento do capital fictício devido à evolução e hegemonia do sistema financeiro contemporâneo. As crises são recorrentes, mas configuram-se a cada época de acordo com as especificidades do processo de acumulação que lhe deu origem crise. O crescimento do capital financeiro, com o subsequente desenvolvimento do capital fictício em proporções assustadoras, cuja lógica atual determinou o padrão de acumulação/crescimento a ser seguido, constitui o fator determinante para a compreensão do atual momento. No entanto, o artigo não trata, discrimina ou analisa os principais fatores determinantes e específicos da atual crise e/ou as contradições inerentes ao processo responsável pela extensão e gravidade de cada uma delas.

O artigo apenas mostra como a ciência econômica dominante considera as crises como algo anômalo ao sistema capitalista, e isto devido à própria metodologia utilizada. A menção feita ao exemplo de John Stuart Mill, e amplamente incorporada pelos economistas *popperianos* (síntese neoclássica, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos), de que não se pode inferir que todos os cisnes são brancos por mais que só tenhamos

visto cisnes brancos, enquanto a visão de um único cisne negro é suficiente para refutar a afirmativa precedente, demonstrando os limites da teoria econômica neoclássica. Isto é, a economia passou a se caracterizar como um processo de formulação de proposições e de procedimentos para testá-las, dada sua incapacidade de apreender e conhecer a realidade. Os modelos matemáticos ganham precedência sobre a realidade.

Desse modo, fica demonstrada a incapacidade do *mainstream* de dar conta da realidade. As premissas e base de todo o raciocínio da economia ortodoxa são axiomáticas em decorrência da própria concepção de ciência que adotam – vale ressaltar, partindo de constructos teóricos ao invés da realidade concreta, derivam matematicamente procedimentos que pautem a interpretação e a condução dos *agires* econômicos, tanto dos agentes quanto dos formuladores das políticas adotadas. Constroem em termos abstratos os agentes econômicos, maximizadores de lucros ou de satisfação (capitalistas e consumidores respectivamente), para então começarem a interpretar propriamente o que sejam as relações econômicas. A economia adquire um caminho *natural*, competindo aos mentores das políticas econômicas e aos trabalhadores adaptarem-se e contribuir para o bom andamento dela. As crises e seus efeitos sobre as populações envolvidas só são contempladas, por definição, enquanto algo anômalo, como bem ilustra a analogia com o surgimento inédito de

uma onda de 26 metros de altura. Compreende-se, então, porque a crise financeira atual é vista principalmente como fruto de erro dos dirigentes políticos (excesso de gastos dos governos, pouca disciplina monetária, irresponsabilidade fiscal, etc.) ou fruto das exigências e conquistas da classe trabalhadora incompatíveis com as necessidades do capital (aposentadoria, assistência social, educação etc.). Procura-se, desse modo, eximir a teoria de qualquer responsabilidade sobre o curso dos eventos. Centrada nas hipóteses de agente racional e de mercados perfeitos, cujo funcionamento resulta no equilíbrio da economia com plena utilização dos fatores de produção, a teoria econômica dominante não concebe a existência de crises no funcionamento da economia de mercado, como a recente crise econômica deflagrada no sistema financeiro. Não é possível, portanto, prever a sua ocorrência, ou mesmo explicá-las. Ademais, uma vez que não são previsíveis no campo econômico (dado que fruto de atitudes equivocadas dos agentes econômicos envolvidos), não há novas recomendações de política econômica para preveni-las ou amenizá-las. E pior, a responsabilidade não recai sobre os gestores das políticas econômicas a serviço do capital financeiro. O receituário limita-se apenas ao retorno à boa, velha e irreal ortodoxia econômica, o que implica exigir que capitalistas e trabalhadores adotem o comportamento por ela preconizado.

Também é digno de nota como o autor elucida a forma de apropriação da

contribuição de Keynes pelo *mainstream*. O desenvolvimento de ferramentas matemáticas cada vez sofisticadas, da inteligência artificial e da teoria de informações logrou incorporar a incerteza radical que pauta o comportamento econômico de cada indivíduo na teoria keynesiana. A era neoliberal incorpora o papel das expectativas decorrentes das incertezas, base da revolução teórica da ciência econômica keynesiana, de modo que o resultado final não se altere substancialmente. Os desequilíbrios passam a ser apenas uma questão de tempo, pois ao fim e ao cabo de um processo interativo entre governo, instituições, empresários e trabalhadores o ponto ótimo de equilíbrio será alcançado, tal qual previsto pela ortodoxia econômica e seguindo o preceito de que produtores, consumidores e trabalhadores acabaram por agir de acordo com que é preconizado pela teoria como a conduta razoável/correta.

Há ainda outra consideração sobre a capacidade da ciência econômica dominante para interpretar a atual crise: a idéia de um indivíduo representativo, maximizador de sua renda monetária ou de seu bem-estar tem o objetivo de retirar a luta de classes da análise econômica. Os interesses antagônicos no interior da classe capitalista (capital industrial, comercial e financeiro) e destes em relação aos interesses da classe trabalhadora são deixados de lado através do artifício metodológico do indivíduo representativo. As contradições básicas do capitalismo, no

entanto, não podem ser eliminadas do corpo social, pois permanecem presentes em todos os momentos do processo de acumulação, seja de crescimento, estagnação ou crise. Estas explicitam mais claramente a realidade na medida em que contemplam e explicam os conflitos de interesses inerentes ao capitalismo, tão mais radicais quanto for a duração e a gravidade da crise em questão.

Nesse ponto, e com base nas principais controvérsias/soluções teóricas apresentadas no campo acadêmico neoclássico (teoria da impossibilidade de Arrow, controvérsia de Cambridge, funções de bem-estar e equilíbrio de Nash, dentre outras), o artigo também denuncia o monopólio institucional da "elite" profissional dos principais centros ao redor do mundo. As querelas acabam por constituir-se como forma de manutenção do ordenamento e desenvolvimento funcional da teoria, em detrimento da realidade e exclusivamente tendo como objetivo justificar os interesses capitalistas predominantes a cada momento. Isso porque o processo de produção e reprodução capitalista necessita uma racionalização teórica, mesmo que parcial e abstrata, para advogar a manutenção e desenvolvimento da estrutura social de acordo com os interesses do capital.

Uma alternativa de interpretação teórica, que não seja a-histórica, idealista e independente da práxis social, impõe-se no momento atual de crise. Somente dessa forma perceberemos o quanto as

análises e soluções apresentadas pós-2008 são incipientes, ou pior, mal intencionadas. As possíveis alternativas de políticas de enfrentamento da crise esbarram em fatores políticos e interesses econômicos relevantes. Trata-se, na verdade, de todo um projeto de ajuste conduzido pela força do capital fictício sobre os estados nacionais, principalmente em detrimento dos trabalhadores, para recompor a lucratividade através do aumento da exploração da força de trabalho.

A crítica direcionada às bases metodológicas estreitas da ciência econômica dominante e ao monopólio acadêmico de seus representantes tem o mérito de denunciar o caráter monolítico e intencional dessa trajetória. Em termos teóricos, no entanto, não se trata apenas da necessidade de alargar os horizontes rumo à valorização do pluralismo metodológico ou à incorporação de conhecimentos de outras áreas. Mais do que reconstruir, reestruturar e avançar com paradigmas econômicos, é preciso reconhecer a precedência da Economia Política enquanto ponto de partida da análise do conflito capital-trabalho, dos interesses antagônicos entre as classes sociais e das contradições da lógica de valorização do capital. É preciso, portanto, reconhecer as contradições específicas de cada período histórico no processo de produção, reprodução e apropriação de valor. Somente a partir daí podemos elucidar a crise do capitalismo atual e vislumbrar novos caminhos. Enfim, com a palavra a luta de classes.